

Projeto Aconchego: a socialização e a construção do papel social através da participação em um grupo de convivência

Project Aconchego: the socialization and the construction of the social role through participation in the living group

■ Glaci Marlene Padilha

Resumo

O presente artigo teve o propósito de analisar o papel de um grupo de convivência no processo de socialização de indivíduos em condição de vulnerabilidade social. Busca-se compreender um pouco mais o papel desenvolvido pelos movimentos sociais quando o Estado se faz ausente ou repassa suas responsabilidades para ONGs e instituições filantrópicas. Optou-se por uma pesquisa de abordagem quantitativa que se valeu da aplicação de questionários formulado com base no instrumento WHOQOL-100 e na Escala de Autoestima de Rosenberg. A análise dos dados obtidos permitiu identificar mudanças positivas na vida do sujeito e na percepção dos próprios participantes sobre si mesmos. Fazer parte de um grupo de convivência contribui para o processo de socialização favorecendo a construção de seu papel social e propiciando sua inclusão ou reinserção em espaços sociais.

Palavras-chave:

Grupo de Convivência; Socialização; Vulnerabilidade Social.

Abstract

This article purposed to analyze the role of a religious orientation of a living group in the process of socialization of individuals in a position of social vulnerability. We try to understand a little more about this context that makes up the field of social movements, specifically NGOs and philanthropic institutions. We chose a descriptive and experimental quantitative approach to research that had as instrument a questionnaire formulated based on the WHOQOL-100 and the Rosenberg Self-Esteem Scale. The analysis of the data leads to the conclusion that within the purpose in which operates the observed entity, it was identified that changes occur in the life of the subject, the perception of the participants themselves. The results indicate that to be part of a living group, contributes to the socialization process favoring the construction of their social role, and providing the inclusion or reintegration in social spaces.

Key-words

Living Group; Socialization; Social Vulnerability.

Introdução

Algumas mudanças políticas resultantes do desmantelamento paulatino de direitos sociais do primeiro setor, o Estado, nas décadas de 70 e 80, em conjunto com a aceleração das políticas estadistas neoliberais na década de 90, fizeram irromper uma busca pelo preenchimento de lacunas em políticas sociais. Nesse espaço, movimentos da sociedade civil, tendo patente a carência estatal no cumprimento das demandas sociais por meio de políticas públicas, dispuseram-se a trabalhar na efetivação de um compromisso social em desenvolvimento, uma dignidade cidadã e inclusiva. As denominadas ONGs, Organizações Não-Governamentais e sem fins lucrativos, representantes do terceiro setor, passaram a se responsabilizar pelos socialmente excluídos ou vulneráveis e ocuparam o espaço que, anteriormente, era de exclusividade estatal.

As ações do terceiro setor buscam promover e dar apoio as mais diversas áreas sociais como: defesa dos direitos humanos, direitos sociais, superação da desigualdade social, formação e educação de agentes de transformação social, geração de renda, prestação de serviços à comunidade, ambientalismo, entre outros. Segundo Tomazi (2010), não é preocupação destes movimentos alcançar o poder do Estado, mas sim, fazer valer os direitos existentes nas leis e que deixam de ser garantidos ou priorizados na ausência ou omissão do Estado. Tornam-se um meio da população organizada participar politicamente, esclarecendo o sujeito para que tenha acesso aos serviços que deveriam ser disponibilizados pelo Estado por meio de políticas públicas.

O Estado é o principal responsável pela situação de vulnerabilidade social vivenciada por grande parte da população de acordo com Monteiro (2011). Isso porque a situação de vulnerabilidade compreende um conjunto de características decorrentes do não aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade, da insuficiência ou inadequação de recursos e de habilidades materiais ou simbólicas. E a relação destas características determinará o maior ou menor grau de deterioração de qualidade de vida¹ dos sujeitos.

Uma possível solução para o fortalecimento dos excluídos ou “dominados” segundo Vasconcelos (1985) é a formação de grupos de convivência, que podem ser vistos como um instrumento de organização coletiva e de incentivo a participação social, um exemplo típico do terceiro setor. Esses grupos podem ser caracterizados como um espaço de convívio coletivo, com encontros regulares que permitem a formação de vínculo entre seus participantes. Podem ser autônomos, vinculados a programas de políticas públicas, ou a organizações de iniciativa privada como associações e entidades religiosas. Devem manter-se independentes do Estado, mas precisam alinhar-se às exigências legais para desenvolver projetos que envolvam parcerias com o poder público.

A participação de entidades religiosas no desenvolvimento desses grupos de convivência é crescente, conforme observa Burity (2007). Mesmo que essas entidades se mantenham dentro de um perfil caritativo tradicional, os projetos sociais desenvolvidos vêm cada vez mais acompanhados de

¹ Segundo Fleck (2000) a qualidade de Vida pode ser entendida como um conceito amplo que abrange a complexidade do construto e inter-relaciona o meio ambiente com aspectos físicos, psicológicos, nível de independência, relações sociais e crenças pessoais.

um discurso de cidadania e participação. Dessa forma, instituições como a que mantém o grupo de convivência objeto deste estudo, componentes do chamado terceiro setor, vem crescendo nas últimas décadas, tanto quanto ganhando legitimidade. Em um movimento que parece deixar de lado o viés assistencialista para construir parcerias na construção e efetivação de políticas públicas.

Neste sentido torna-se cada vez mais importante e necessário que se consiga demonstrar as mudanças provocadas pela ação dessas instituições no cenário social (CAMPÊLO, 2006). Assim como, conhecer o sujeito atendido, para melhor compreendê-lo em suas necessidades, procurando adequar o que é oferecido dentro das suas reais necessidades.

Nesse âmbito, a hipótese inicial é de que as atividades sócio assistenciais oferecidas pelo grupo de convivência favoreçam o processo de socialização, e em consequência, aumentam a qualidade de vida do sujeito participante. Pois, ainda que a família seja o primeiro espaço onde aprendemos as regras de convivência e a lidar com a diversidade, precisamos ampliar esta experiência através da socialização formal, conquistada também ao frequentarmos espaços públicos como o estudado aqui. Espaço que não é estatal nem privado, mas oferece a possibilidade de uma dignidade cidadã e inclusiva, além da interação e convívio entre os participantes.

A proposta deste trabalho é buscar compreender um pouco mais deste contexto que compõe o campo dos movimentos sociais, mais especificamente ONGs e instituições filantrópicas, que vem ganhando força e espaço nas últimas décadas. A ausência ou ineficiência do Estado no cumprimento de suas atribuições vem deixando em aberto este espaço em que Organizações Cívicas cumprem funções governamentais. Gouveia (2007) afirma que o momento da perda de poder do Estado em nome da regulação do mercado, apoiada pelo liberalismo, propiciou este crescimento observado no Terceiro Setor.

Conhecer mais sobre o sujeito e as consequências das atividades desenvolvidas nesta instituição pode contribuir tanto para a organização e planejamento dessa instituição, quanto para ampliar o conhecimento e as discussões dentro deste campo de interesse da sociologia. “É importante, sem dúvida, que se tenha conhecimento dessas mudanças, visto que, mesmo originadas com as melhores intenções, determinadas medidas e ações podem gerar impacto imprevisto e, até mesmo, indesejável” (CAMPÊLO, 2006, p. 2).

Imbuído desta ótica, o objetivo desta pesquisa é analisar o papel do Grupo de Convivência Aconchego no processo de socialização de indivíduos em condição de vulnerabilidade social no Município de Sapiranga/RS. Nesse sentido fez-se necessário caracterizar os processos de socialização; identificar o papel dos grupos de convivência na socialização e sociabilidade do sujeito participante e verificar as condições objetivas e subjetivas de vulnerabilidade social. E, a partir da análise dos dados obtidos, avaliar os resultados da pesquisa proposta.

Como metodologia optou-se por uma pesquisa de abordagem quantitativa descritiva e experimental (GIL, 2007). Tendo como instrumento de pesquisa a elaboração de um questionário,

em que as questões foram formuladas com base no instrumento WHOQOL-100² da Organização Mundial da Saúde, que avalia qualidade de vida, e na Escala de Autoestima de Rosenberg³. Foram aplicados 31 (trinta e um) questionários durante um dos encontros semanais do grupo e respondido por todas as pessoas presentes na data. Momento em que também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As respostas das questões foram tabuladas através do programa Microsoft Excel, fornecendo os gráficos e resultados para a análise.

Grupos de convivência e a construção do papel social e do processo de socialização

A sociabilidade é uma tendência natural e necessária para a sobrevivência, é o que afirma Zimmerman (1997), quando diz que o ser humano é gregário por natureza, e que somente existimos em função dos relacionamentos grupais, que vão de família aos amigos, da escola ao trabalho. Mas, este atributo não se apresenta de forma igual entre as pessoas, considerando-se que questões internas (pouca habilidade social) e fatores externos (impedimentos econômicos, culturais, etc.) podem levar o sujeito ao isolamento social.

A reinserção do sujeito em seus espaços de existência através do grupo de convivência pode tirá-lo do isolamento. E, principalmente, proporcionar um processo de aprendizagem chamado de socialização, que é a capacidade de apreender ou compreender os aspectos culturais vigentes na sociedade (TOMAZI, 2010).

Um grupo de convivência ao se reunir desenvolve determinadas atividades, que no caso do Projeto Aconchego, podem ser diferentes técnicas de artesanato, passeios, atividades físicas como ginástica e jogos. Nesse intento a atividade funciona como facilitadora, como um dispositivo para que ocorra o processo de reinserção social pois na medida em que se estabelece uma articulação entre os sujeitos, em que assumem e delegam papéis no grupo, a aprendizagem e a comunicação se estabelece. E, também, a apreensão da realidade na qual se percebem inseridos permite sentirem-se integrantes da rede de relações sociais que se constituem dentro do grupo e do grupo com outros e outras entidades.

A participação em grupos de convivência parece se tornar significativa quando se tratam de pessoas privadas do convívio social, seja por estarem fora do mercado de trabalho ou por serem idosas. A baixa escolaridade, a pouca renda, as doenças físicas ou mentais são alguns fatores presentes que contribuem ao isolamento social dos sujeitos dessa pesquisa. E, mesmo o aprendizado desenvolvido no grupo, não se restringe a informação e a prevenção, há que se considerar uma dimensão mais ampla, a da alteridade, em que a identidade do sujeito se constrói na interação ou no reconhecimento da existência do outro, que na vivência de troca promove o crescimento pessoal.

2 O instrumento WHOQOL-100 foi desenvolvido em um projeto colaborativo multicêntrico pela Organização Mundial da Saúde, para avaliar a Qualidade de Vida, adaptado para o português.

3 Escala de Autoestima de Rosenberg – EAR foi desenvolvida por Morris Rosenberg em 1965. É um instrumento unidimensional capaz de classificar o nível de autoestima (SBICIGO, BANDEIRA e DELL'AGLIO, 2010).

Neste sentido, podemos compreender o papel do grupo no processo de socialização, que resulta na construção do papel social. Pois, como afirma Tomazi (2010, p. 18), “ainda que cada sujeito tenha sua individualidade, está se constrói no contexto das relações sociais com os diferentes grupos e instituições dos quais ele participa”.

Estar inserido em determinado grupo é partilhar de um conjunto de normas, crenças e valores que são estabelecidos socialmente para orientar e satisfazer as necessidades humanas (RODRIGUES, 2007). Esta seria a definição proposta por Durkheim para a instituição social, atuando como instrumento no controle, proteção e regulação, orientando nossas atividades. As instituições de acordo com o funcionalismo durkheimniano são fundamentais para a harmonia social, pois, permitem aos indivíduos saber como agir e se comportar, tornando estável a vida em sociedade.

Já para Marx que, de maneira oposta, vê positivamente o conflito social, compreende que as instituições dentro de um sistema capitalista, “cumprem a função de propagar e defender as ideias que concorrem para a naturalização da visão de mundo dos materialmente mais fortes” (LEMOS e ORGANISTA, 2013 p. 163). Contudo, é dentro de uma perspectiva weberiana que esse estudo entende a dinâmica dos processos sociais que constitui a sociedade. É na interação com os outros que o sujeito constitui sua identidade e compreende seu papel social, de modo que sujeito e sociedade se constituem a partir dos processos de socialização.

Contudo, Tomazi (2010) chama atenção para as desigualdades sociais e os diferentes processos de socialização que se produzem em cada uma delas. Diferentes contextos históricos ou econômicos promovem processos de socialização que podem ser inclusivos ou excludentes. E a exclusão torna o sujeito vulnerável em diversos aspectos, sejam objetivos, como a privação de renda e acesso a bens materiais e a serviços como saúde e educação, ou subjetivos, como a qualidade das relações sociais, valores e atitudes de passividade, baixa estima, dependência, subalternidade, apatia e fatalismo, dimensões de natureza psicossocial.

São os aspectos objetivos e subjetivos que compõem os campos da vida social do sujeito, entendidos por Bourdieu como um espaço multidimensional, onde estão presentes as relações de força e poder. São mecanismos instituídos pela cultura que de forma conflituosa formam valores amplos que definem e são definidos pelas relações de poder, definindo dominantes e dominados. Onde pessoas e grupos apropriam-se dos bens materiais e simbólicos de forma desigual, produzindo e reproduzindo estilos que demarcam a distinção e reafirmam sua posição social em um processo contínuo de exclusão (SANTOS e LEAL, 2013).

De difícil conceituação por ser tão vasto o fenômeno, a exclusão social, ao menos no ocidente, refere-se àqueles que são rejeitados de nossos mercados materiais e de valores. Para Wanderley (2001), não apenas física e geograficamente ou pela ausência de renda, mas pelo precário acesso aos serviços públicos e a ausência de poder que colocam o sujeito em situação de vulnerabilidade. Aponta-se ainda a fragilização dos vínculos no mundo das relações sociais como produtor de rupturas que podem levar ao isolamento social e à solidão. E sugere como perspectiva de combate à exclusão a garantia do exercício de cidadania.

A cidadania é apontada por Sorj (2004) como mecanismo de inclusão/exclusão no mundo moderno, é ela quem delimita quem faz ou não parte de uma comunidade nacional. A cidadania seria a expressão de uma construção coletiva que organiza as relações entre os sujeitos sociais. Neste ponto, percebemos a importância das oportunidades que a inclusão social proporciona através de ferramentas como os grupos de convivência. Esses, por sua vez, oportunizam a (re)socialização do sujeito que ao exercer a cidadania, passa a integrar

[...] o ponto de encontro do indivíduo e da comunidade, o mecanismo que permite ao indivíduo ao mesmo tempo reivindicar sua condição singular, sua liberdade pessoal, e afirmar seu pertencimento a um grupo. O pertencimento implica reconhecer que sua individualidade depende dos rumos da comunidade [...], já que o destino do conjunto afetará seu próprio destino e que a cidadania nunca pode ser passiva e auto-referente, ainda que limitada à defesa da liberdade individual (SORJ, 2004, p. 24).

Ao tomar parte desta discussão ou negociação de interesses entre a vontade individual e a vontade coletiva o sujeito estará incluído nos processos de decisão que influenciam em sua vida e de sua comunidade. Este é um dos caminhos percorridos pelos movimentos sociais entre múltiplas e variadas frentes de combate à exclusão social.

Cabe o destaque para Martins (*apud* TOMAZI, 2010) quando salienta que na expressão “exclusão social” infere-se duas orientações opostas: uma transformadora e outra conservadora. Transformadora, quando partidários ou militantes de movimentos sociais usam a expressão para referir-se a classe trabalhadora explorada pelo capitalismo. O que seria questionável porque o trabalhador está incluído no sistema, ainda que socialmente vulnerável. E conservadora quando os atores dos movimentos sociais defendem a ideia de que medidas econômicas e políticas de inclusão são necessárias. Um discurso considerado conformista por aceitar as condições existentes como fato consumado sem pensar em questionar a sociedade atual.

Porém, ainda que com orientações distintas, desenvolvendo-se o trabalho em uma perspectiva transformadora ou conservadora, ambas têm entre os movimentos sociais caminhos possíveis para a reconstrução de vínculos e a conquista do direito à participação cidadã na sociedade. Nesse âmbito, a partir de observações feitas durante a participação no Projeto Aconchego, vinculado a uma instituição religiosa, alguns questionamentos instigaram a aprofundar o conhecimento deste contexto. Patamar este, que não é governo, nem mercado, mas uma esfera pública não estatal e não mercantil que procura se ocupar de questões relacionadas a exclusão social.

A socialização pelo Projeto Aconchego

Dentro da organização religiosa espírita escolhida para a pesquisa, há o Departamento de Assistência e Promoção Social Espírita – DAPSE, que oferece atividades sócio assistenciais a crianças, jovens e adultos que, independente de orientação religiosa, tem como único critério de acesso estar frequentando a escola (para os indivíduos em idade escolar). Os postulantes ao grupo

são pessoas oriundas de uma comunidade carente formada em sua maioria por famílias emigrantes da zona rural de diversos municípios do sul do Brasil.

Estes emigrantes passaram a viver em área de invasão conhecida como “Beira Trilhos”, na década de 80, e construíram precários barracos ao longo dos trilhos do trem (área pertencente à RFFSA). Nesta época já eram assistidos pela entidade que distribuía alimentos, roupas e medicamentos. Posteriormente foram realocados pela Prefeitura Municipal de Sapiranga em área regular próxima⁴.

Desde o início das atividades na localidade da realocação se mantém um grupo de convivência, o coletivo associa senhoras que se reúnem semanalmente, tendo uma história de mais de 30 anos de existência, com a denominação de Projeto Aconchego. Este grupo tem por objetivo assistir, dentro do possível, às necessidades mais básicas das participantes e promover o desenvolvimento da autonomia, autoestima e a iniciativa na busca de soluções para seus problemas pessoais e de seus familiares.

Se mantém também a doação de alimentos para casos de extrema carência e um brechó que redistribui as roupas doadas à entidade. Mas, necessidades de alimentos e roupas não são hoje tão significativas como há 30 anos atrás segundo a percepção de voluntárias envolvidas com o projeto. A urbanização da área, melhores condições de moradia e o acesso ao emprego, ainda que muitos se mantenham na informalidade, são algumas das reivindicações adotadas e percebidas ao longo do tempo na comunidade.

Procurando adequar-se às transformações das necessidades percebidas, as atividades no grupo têm se voltado para o desenvolvimento das habilidades manuais e da capacidade cognitiva. São priorizadas as atividades artesanais com o objetivo de oportunizar a geração de renda e a autonomia é estimulada com palestras, passeios educativos e participação do grupo em fóruns e conferências municipais. De acordo com Martins (2002), o conceito de autonomia pode estar vinculado à ideia de participação social e também de ampliação da participação política.

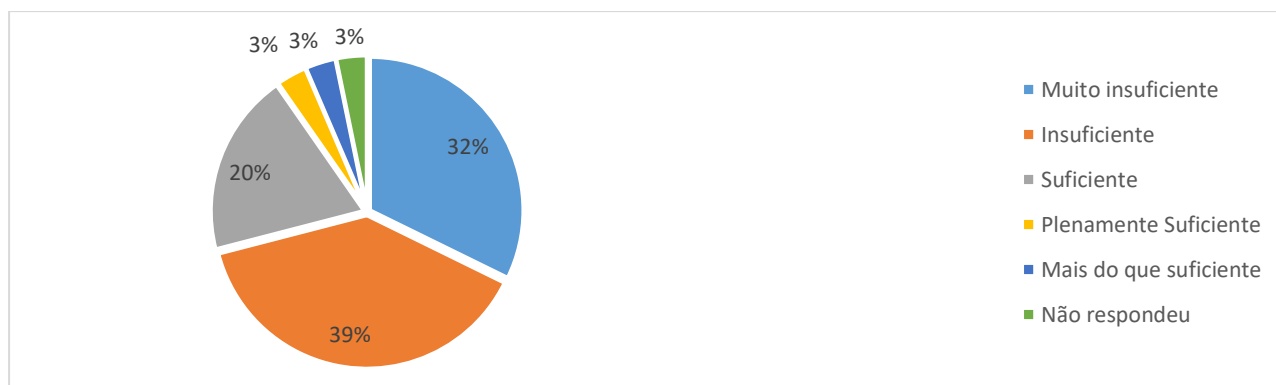
Durante um dos encontros semanais em que a atividade desenvolvida com as participantes foi o bordado, se aplicou o questionário da pesquisa. Dos 31 participantes presentes no dia, todas eram mulheres, com média de idade de 62,4 anos. Um grupo predominante de mulheres idosas, sendo 77% com mais de 60 anos. A renda mensal declarada por elas caracteriza 94% deles como pertencentes à classe C e D, de acordo com os critérios da Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2010). Deste grupo, 71% vivem com até um salário mínimo, dividindo a moradia com mais duas pessoas, em média. O que as coloca abaixo da linha de pobreza no Brasil, caracterizando a situação de vulnerabilidade social à qual estão sujeitas.

A presença de um marido ou companheiro aparece em 42% das respostas, sendo que 58% declararam-se sem vínculos conjugais, assim: solteiras, viúvas, separadas (desquitadas) ou divorciadas. As integrantes ocupam-se predominantemente de tarefas domésticas e o grau de

⁴ Informações obtidas a partir da consulta às entrevistas que compõe os manuscritos de pesquisa da historiadora Prof^a. Dóris Fernandes Magalhães.

escolarização, conforme 90% das respostas vai de nenhuma aos primeiros anos do ensino fundamental. A escolaridade ou o saber formal que possuem em relação aos desafios ou aos problemas que precisam resolver no dia-a-dia são apontadas como insuficiente e muito insuficiente por 71% delas. Ainda assim, cinco das questionadas, ou 16% apenas, manifestaram o desejo de voltar a estudar. Esse dado pode indicar acomodação, conformismo ou mesmo não se acreditarem capazes de acompanhar o aprendizado formal, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Considera a escolaridade que possui em relação às necessidades do dia-a-dia

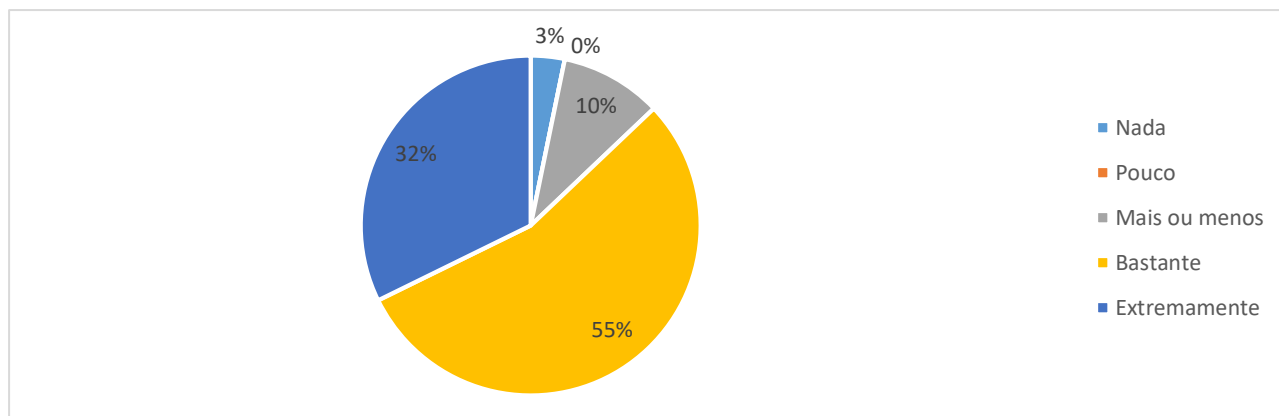


Fonte: Elaboração própria.

O tempo de participação no grupo é variado, indo de menos de cinco anos a mais de 20 anos. Mas, observa-se pelas respostas que 57% dos entrevistados estão frequentando a mais de cinco anos o grupo de convivência. O objetivo aqui é identificar se esse tempo de participação é capaz de produzir mudanças significativas na vida dessas mulheres.

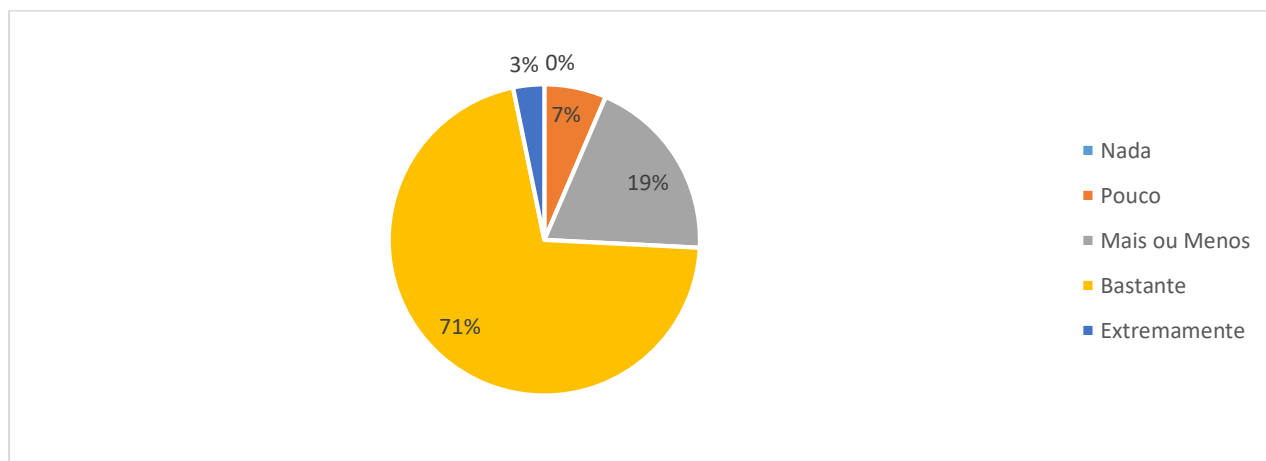
Considerando que o grupo se caracteriza pela baixa renda e escolaridade, e que se ocupam basicamente da rotina doméstica, 97% informaram gastar a maior parte de seu tempo no cuidado com a casa e/ou dos netos. Dessa forma, pode ser entendido que essa parte da parcela da população é excluída socialmente tanto pelo aspecto econômico (acesso aos bens de consumo), quanto social (acesso a viagens, passeios, atividades de cultura e lazer).

A partir da hipótese de que a participação nas atividades do grupo de convivência pode proporcionar a reinserção através do convívio social, foi perguntado se na percepção delas o convívio no grupo contribuiu para melhorar a forma de se relacionar com as pessoas? 87% delas consideram que sim, sendo que 55% delas responderam bastante e 32% extremamente, indicando que o convívio no grupo é capaz de influenciar a melhora nos relacionamentos de um modo geral, conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 2 – A participação no grupo contribui para a melhora dos relacionamentos

Fonte: Elaboração própria.

A qualidade de vida é influenciada pela participação nas atividades, na percepção de 87% delas. Sendo que 71% consideram que influencia bastante e 16% extremamente. E a percepção de mudanças provocadas na sua vida e de sua família desde que iniciou sua participação no grupo também são apontadas como bastante por 71% de acordo com as respostas mostradas no gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Percebe mudanças na sua vida ou da família desde que iniciou a participação no grupo

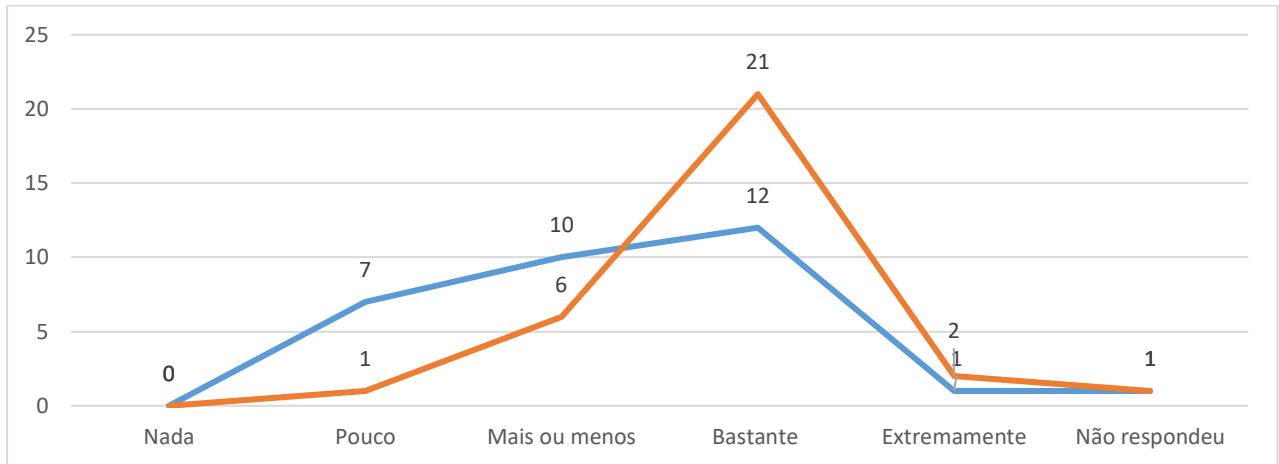
Fonte: Elaboração própria.

A autoestima⁵ pode ser beneficiada pelo convívio e pelas atividades desenvolvidas, tanto as de educação e esclarecimento na forma de palestras com profissionais convidados, como nas atividades artesanais em que são incentivadas a desenvolver habilidades manuais. Perguntadas sobre a confiança e valoração que tem de si mesmas num comparativo com o modo como se percebiam antes de entrar para o Projeto Aconchego, é possível notar que a pouca confiança apontada por 23%

⁵ Entende-se por autoestima um conjunto de sentimentos e pensamentos do indivíduo sobre seu próprio valor, competência e adequação, que se reflete em uma atitude positiva ou negativa em relação a si mesmo (SBICIGO, BANDEIRA e DELL'AGLIO, 2010).

foi substituída por uma percepção de bastante confiança que subiu de 39% para 68% das entrevistadas como mostra o gráfico abaixo:

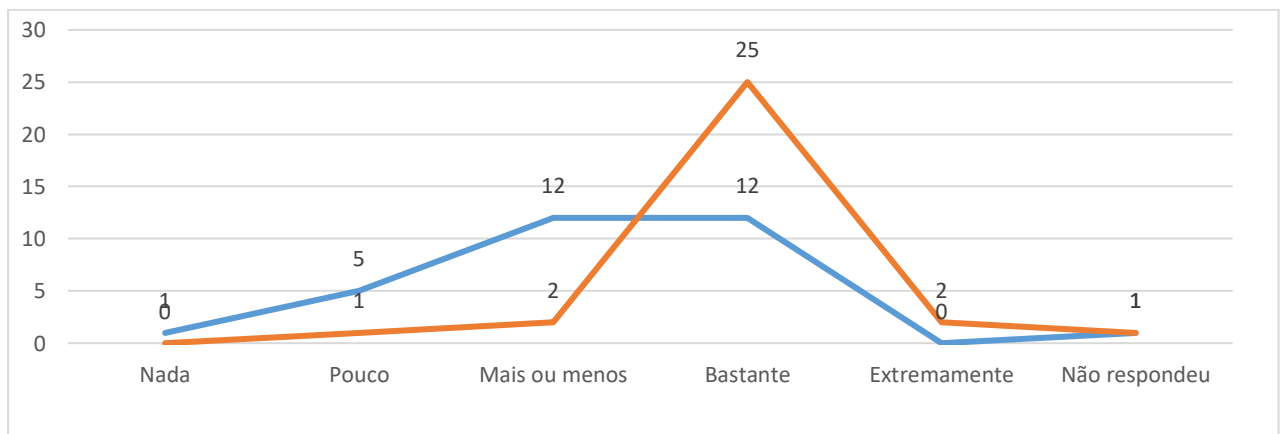
Gráfico 4 – Em azul a percepção de quanta confiança tinha em si antes de participar do grupo, e em vermelho quanta acredita tem hoje



Fonte: Elaboração própria.

A percepção do próprio valor como pessoa é um dos indicativo da autoestima, e perguntado às participantes do projeto sobre o valor que davam a si antes de fazer parte das atividades, das 16% que responderam se perceber com pouco valor, o número caiu para 3% no momento da pesquisa. E das 39% que se percebiam com bastante valor antes, depois de passarem a fazer parte do grupo 81% delas assim se consideram. Como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Em azul a percepção do próprio valor antes de participar do grupo, e em vermelho como se percebe hoje



Fonte: Elaboração própria

A auto estima elevada também pode ser indicada pelas respostas obtidas na seguinte questão: Percebe-se capaz de fazer coisas tão bem quanto a maioria das pessoas (desde que ensinada)? Enquanto 29% declararam sentirem-se mais ou menos capazes, 45% sentem-se bastante, e 13%

extremamente capazes. Demonstrando que 58% delas se percebem competentes, resultando em atitude positiva sobre si.

Considerações finais

Uma inserção preliminar pela literatura acerca do tema já nos diz que um dos maiores desafios é, justamente, a mensuração de resultados, por tratar-se de efeitos em longo prazo, sendo que os resultados podem aparecer nas gerações seguintes, por exemplo. Assim como, o alcance que pode ir para além do sujeito, provocando mudanças na família e na comunidade à qual ele pertence.

Dadas às limitações deste recorte de pesquisa, os resultados obtidos nos permitem algumas inferências, principalmente o fato de que a população estudada se caracteriza como socialmente vulnerável. Tanto por condições objetivas, como a baixa renda que lhes trazem limitações materiais, como por condições subjetivas, tais como o isolamento social a que estão sujeitas por ocuparem-se basicamente das tarefas domésticas. E também pelo sentimento de subalternidade, apatia ou fatalismo que as impede de voltar ao ensino formal. Pois, mesmo admitindo a falta que o conhecimento faz no cotidiano, a maioria não demonstrou interesse em voltar a estudar.

A condição de vida que relatam explicita a dificuldade de acesso, não só ao que poderia ser comprado, como também aos direitos legalmente garantidos, como lazer, saúde e educação. Sendo que a exclusão social leva o sujeito a uma atitude de passividade, baixa estima e dependência em que não se sente autorizado a reivindicar, passando a apenas esperar que lhes cheguem as “migalhas” excedentes das fartas mesas de outras classes sociais e mesmo do Estado.

Alguns dos efeitos subjetivos da condição de vulnerabilidade social, como vínculos fragilizados e isolamento, parecem diminuir conforme a participação no Projeto, como apontam os dados da pesquisa. Assim como, o aumento da autoestima e da percepção do próprio valor podem gerar o empoderamento necessário para que o sujeito possa ter autonomia na busca por seus direitos, exercendo a cidadania de maneira mais ampla.

É perceptível que o convívio grupal possibilita a socialização do sujeito, fortalecendo os vínculos e desenvolvendo a construção do seu espaço existencial pela sociabilidade que se exercita no contato com outro. Compreender o seu papel social e fortalecer a autoconsciência cidadã serão consequências deste processo, pois a cidadania pressupõe a existência do sentimento de pertencimento e de inclusão que a participação em um grupo de convivência pode oferecer.

Desta forma, ainda que os sujeitos que compõe a pesquisa informem dados que os mantém na condição de vulnerabilidade, os resultados da pesquisa demonstram que as atividades desenvolvidas no Projeto Aconchego contribuem para a melhora da qualidade de vida dos participantes. Por mais que a carência material e de escolaridade permanecem, há uma percepção de melhora nos relacionamentos e mudanças em sua vida e de seus familiares como indicaram as respostas obtidas.

Nesse sentido, corrobora-se a hipótese apresentada na introdução desse artigo. Tendo em vista que, dentro dos propósitos com os quais atua a entidade observada, foi possível identificar que acontecem mudanças na vida do sujeito mensuradas pela percepção dos próprios participantes. E, tal como afirmam os autores considerados ao longo da pesquisa, os resultados obtidos indicam que fazer parte de um grupo de convivência contribui para o processo de socialização do sujeito favorecendo a construção de seu papel social e propiciando a inclusão ou reinserção em espaços sociais.

Referências

- BURTIY, J. Organizações religiosas e ações sociais: Entre as políticas públicas e a sociedade civil. *Revista ANTHTROPOLOGICAS*, PPGA/UIPE, Recife. v.18, n. 2, 2007. p. 7-8.
- CAMPÊLO, A. I. Avaliação de Programas Sociais em ONGS: Discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto. *Revista Interfaces de saberes* v. 6, 2006. p. 1-14 Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000119&pid=S0102-3772200800040001900005&lng=pt>. Acesso em 15 mar. 2016.
- FLECK, M. P. A. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. *Ciencia & Saúde Coletiva*, Porto Alegre, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/csc/v5n1/7077.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2016.
- FGV. Fundação Getúlio Vargas. *Definição De Baixa Renda*. Disponível em <<https://cev.fgv.br/sites/cev.fgv.br/files/Programa%20Baixa%20Renda%20-%20DEFINIC%3%87%C3%83O%20DE%20BAIXA%20RENDA%20-%20FINALx.pdf>>. Acesso em 03 abr. 2016.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOUVEIA, I. ONGs enfrentam desafios e ocupam espaço da ação pública. *Ciência e cultura*. v. 59, São Paulo. Abr/jun, 2007. Disponível em <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252007000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 02 abr. 2016.
- LEMOS, C. E.; ORGANISTA, J. H. Estrutura Social e estratificação. In. *Curso de especialização em ensino de sociologia*. Nível médio: módulo 2. Cuiabá, MT. Central de texto, 2013.
- MAGALHÃES, D. I. Historiadora e professora da rede estadual de ensino. *Manuscritos de pesquisas e entrevistas*. Acervo pessoal. 2016 [no prelo].
- MARTINS, A. M. Autonomia e Educação: A trajetória de um conceito. *Publicação Cadernos de Pesquisa*, n. 115. Março/2002, p. 207-232. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a09n115.pdf>>. Acesso em 21 mar. 2016.
- MONTEIRO, S. R. O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, Pelotas, v. 17, n. 2, 2011, p. 29-40. Disponível em <<http://www.rle.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/695>>. Acesso em 31 mar. 2016.
- RODRIGUES, A. T. *Sociologia da Educação*. Editora Lamparina, 2007.

- SANTOS, M. B.; LEAL, S. D. R. Cultura, Identidade e espaço escolar. In. *Curso de especialização em ensino de sociologia*. Nível médio: módulo 2. Cuiabá, M.T. Central de texto, 2013.
- SBICIGO, J. B.; BANDEIRA, D. R.; DELI'AGLIO, D. D. Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna. *Psico-USF*, v. 15, n. 3, set/dez, 2010. p.395-403. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/pusf/v15n3/v15n3a12.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2016.
- SORJ, B. *A democracia Inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2004.
- TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*: Manual do Professor. Editora Saraiva 2ª edição, São Paulo, 2010.
- VASCONCELOS, A. M. V. *Intenção-ação no trabalho social: uma contribuição ao debate sobre a relação Assistente Social-Grupo*. São Paulo. Cortez, 1985.
- UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Versão em português dos instrumentos de avaliação e qualidade de vida WHOQOL-1998. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/psiquiatria/psiq/whoqol-100.html>>. Acesso em 24 fev. 2016.
- WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In. SAWAIA, B. (org.). *Artimanhas da Exclusão: Análise Psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes Ltda. Petrópolis, 2001.
- ZIMMERMAN, D. E.; OSORIO, L. C. *Como Trabalhamos com Grupos*. Porto alegre: Artes Médicas, 1997.

*Glaci Marlene Padilha - Especialista em Ensino de Sociologia no Ensino Médio,
pela Universidade federal de Rio Grande. E-mail: glacipsico@gmail.com.*